



Avaliando o Trabalho Decente no Brasil

Um olhar sobre o Perfil do Trabalho Decente no país

O que é Trabalho Decente?

A Agenda do Trabalho Decente é um sistema reconhecido globalmente para redução da pobreza e desenvolvimento com inclusão. Ela tem quatro objetivos:

1. Criação de emprego – construindo uma economia que fomenta investimento, empreendedorismo, desenvolvimento de habilidades e meio de vida sustentável

2. Direitos no Trabalho – assegurando reconhecimento e respeito aos direitos de empregados e empregadores

3. Proteção Social – garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável, um equilíbrio trabalho-vida adequado, proteção à renda e acesso a serviços de saúde para todos

4. Diálogo Social – organizações de trabalhadores e de empregadores fortes e independentes para evitar disputas e construir um ambiente de trabalho harmonioso e produtivo

Trabalho decente para todos também está contido no **MDG Meta 1b**, que possui 4 indicadores:

- Taxa de Produtividade do Trabalho
- Nível de ocupação
- Nível de Pobreza no Trabalho
- Taxa de Vulnerabilidade do Emprego

Está também contido no **MDG 3, Promover a Igualdade de Sexo e Potencializar as Mulheres**, com um quinto indicador: a proporção de mulheres em empregos não-agrícolas remunerados

Este sumário é parte do projeto da OIT e da Comissão Europeia - **Avaliação do Progresso do Trabalho Decente (MAP)**, que apoia uma melhor avaliação do trabalho decente em países em desenvolvimento e transição

SUMÁRIO



- Um Perfil do Trabalho Decente no Brasil, com dados para as 27 unidades da federação, foi elaborado em 2012. O perfil revela e analisa importantes desigualdades regionais e destaca avanços que ocorreram. Alguns desses dados são mostrados neste resumo.
- Medidas anticíclicas e de proteção social, implantadas para combater a crise financeira que eclodiu em setembro de 2008, redirecionaram o país para a sua prévia trajetória de crescimento. Em 2010, com uma expansão de 7,5% no PIB, o Brasil se tornou a sétima maior economia do mundo.
- Entre 2003 e 2009, 27,9 milhões de pessoas saíram da pobreza. Em 2010, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza era 8,5%.
- Entre 2000 e 2009 a produtividade do trabalho cresceu apenas 0,9% ao ano.
- Em 2009, a participação do setor terciário na estrutura ocupacional atingiu 61,2%.
- A taxa de participação da força de trabalho cresceu para 75,6% em 2009.
- As taxas de desemprego apresentam grandes desigualdades relacionadas a sexo, cor, idade e região do país. Em 2009, o desemprego entre as mulheres (11,0%) era bem superior ao entre os homens (6,2%). Entre os jovens (de 15 a 24 anos) essa taxa atingiu 17,8% e era ainda maior (25,8%) para mulheres jovens.
- Entre 2003 e 2010 foram gerados 15,4 milhões de postos de trabalho formais no Brasil, um aumento acumulado de 53,6% em 8 anos.
- A taxa de formalidade cresceu de 46,7% em 2004 para 52,6% em 2009.
- Em 2009, as diferenças salariais por sexo (29,3%) e por cor/raça (41,7%) refletiam desigualdades a serem minizadas no mercado de trabalho.
- A proporção de crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos) que trabalhavam diminuiu de 11,8% em 2004 para 9,8% em 2009.
- A proporção de jovens que não trabalhavam nem estudavam em 2009 era 18,4%.
- Em 2009, os percentual de trabalhadores com jornadas acima de 44 horas semanais era de 29,8%.
- A Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho era de 19,1 por mil contratos de trabalho, em 2009.
- 88,2% das negociações coletivas realizadas em 2010 resultaram em reajustes salariais acima do INPC.
- Em 2009, as entidades empresariais ocupavam 70,2% de toda a mão de obra assalariada no país.



Apesar das reduções, grandes desigualdades regionais ainda persistem no país

O crescimento econômico foi afetado pela crise financeira de 2008, mas recuperou-se através da implantação de medidas anticíclicas e de proteção social

A produtividade do trabalho teve pouco dinamismo

O setor terciário aumentou sua participação na estrutura ocupacional

A participação dos salários no PIB aumentou

A distribuição de renda melhorou

O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Um Perfil do Trabalho Decente no Brasil, com dados das 27 unidades da federação, foi elaborado em 2012. O perfil revela e analisa importantes desigualdades regionais e destaca avanços que ocorreram. Alguns desses dados são mostrados neste resumo.



DESTAQUES

PIB *per capita* (2010)
R\$ 18.670

Crescimento da produtividade do trabalho (2000-2009)
0,9% ao ano

População abaixo da linha da pobreza (2010)
8,5%

Participação dos salários no PIB (2008)
41,8%

Taxa de Alfabetização (2009)
90,3%

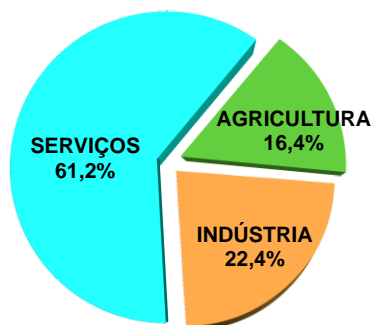
Taxa de Prevalência do HIV (2009)
0,6%

A economia brasileira, que apresentava uma taxa de crescimento anualizada de 7,0% no terceiro trimestre de 2008, foi bastante afetada pela crise financeira que eclodiu em setembro daquele ano e, em 2009, apresentou contração do PIB (-0,3%), com desaceleração do ritmo de criação de emprego e aumento no nível de desemprego.

Medidas anticíclicas e de extensão da proteção social foram implantadas para combater os efeitos mais imediatos da crise e fizeram com que o país retomasse sua trajetória de crescimento, com recuperação rápida da produção e dos níveis de emprego. Em 2010 o PIB brasileiro cresceu 7,5% e o país se tornou a sétima maior economia do mundo. O crescimento acumulado foi de 28,0% entre 2005 e 2010.

A produtividade do trabalho apresentou baixo dinamismo e cresceu apenas 0,9% ao ano entre 2000 e 2009.

Ocupação por setor de atividade econômica
Brasil, 2009



O setor terciário ampliou sua representatividade na estrutura ocupacional de 58,4% para 61,2% entre 2004 e 2009.

A participação dos salários no PIB aumentou de 40,1% em 2005 para 41,8% em 2008 em função do crescimento salarial e da maior inserção de trabalhadores no mercado laboral.

O Coeficiente de Gini para o país declinou de 0,572 em 2004 para 0,543 em 2009, refletindo uma melhoria na distribuição de renda.

Apesar das regiões mais pobres (Norte e Nordeste) terem ampliado sua participação percentual no PIB, de 17,6% para 18,5% entre 2004 e 2009, a região Sudeste sozinha continuava a responder por mais da metade (55,3%) do mesmo em 2009.



As taxas de escolaridade e de alfabetização cresceram, contudo apresentaram desigualdades regionais elevadas

A taxa de prevalência do HIV está estável desde 2004

A taxa participação feminina no mercado de trabalho aumentou, enquanto que a masculina diminuiu

Nas áreas urbanas, a taxa de participação se expandiu, apresentando redução nas áreas rurais

O nível de ocupação total cresceu

A tendência de queda da taxa de desocupação foi interrompida em 2008 e retomada em 2010

O desemprego é bem mais elevado nas áreas urbanas que nas rurais. É também mais elevado entre mulheres e negros

A Taxa de Alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade aumentou de 88,5% para 90,3% entre 2004 e 2009. A proporção de alfabetizados no ano de 2009 era ligeiramente maior entre as mulheres (90,4%) que entre os homens (90,2%) e 7,5 pontos percentuais superior entre os brancos (94,1%) em relação aos negros (86,6%). A taxa na área rural (77,2%) era muito inferior à urbana (92,6%). Apesar da melhoria generalizada em todas as regiões, os níveis de alfabetização ainda refletiam contundentes desigualdades regionais no ano de 2009, variando de 81,3% no Nordeste até aproximadamente 94,5% nas regiões Sul e Sudeste do país.

A média de anos de estudo da população ocupada evoluiu de 7,3 para 8,2 anos entre 2004 e 2009. Entre as unidades federativas variava de apenas 5,9 anos no Piauí até 10,3 anos de estudo no Distrito Federal.

A Taxa de Prevalência da Infecção pelo HIV na população de 15 a 49 anos de idade, que era de 0,5% no início dos anos 1990, vem mantendo-se estável em 0,6% desde 2004, sendo 0,4% entre as mulheres e 0,8% entre os homens.

O DESAFIO DE CRIAR TRABALHOS DECENTES

A Taxa de Participação da Força de Trabalho (16 anos e mais de idade) apresentou um pequeno crescimento, de 73,0% em 1992 para 74,4% em 2004 e para 75,3% em 2009. A participação feminina no mercado de trabalho passou de 57,0% em 1992 para 62,9% em 2004 e para 64,8% em 2009. Por outro lado, a participação masculina declinou, ao passar de cerca de 90,0% em 1992 para 86,8% em 2004, mantendo-se praticamente estável em 2009 (86,7%). Em decorrência da maior incorporação ao mercado de trabalho, as mulheres passaram a representar 44,5% da população economicamente ativa nacional em 2009, contra 40,0% em 1992. Nas áreas urbanas, a taxa se expandiu de 73,3% para 74,9% entre 2004 e 2009, sendo que nas áreas rurais reduziu-se de 80,6% para 77,8% durante o mesmo período.

O nível de ocupação total evoluiu de 67,8% para 69,0% entre 2004 e 2009. O crescimento do nível de ocupação das mulheres (de 55,5% para 57,5%) foi mais intenso do que o da ocupação masculina (de 80,9% para 81,3%). Tratando-se do atributo cor/raça, observa-se que o nível de ocupação aumentou de forma indistinta. Entretanto, em 2009, o nível entre as mulheres brancas (59,3%) era 3,5 pontos percentuais superior ao correspondente às mulheres negras (55,8%).

Enquanto o nível de ocupação aumentou de 65,8% para 67,9% na área urbana, uma redução de 78,3% para 75,1% verificou-se na área rural.

A Taxa de Desocupação, que era de 9,0% em 2004, declina para 8,5% em 2006 e atinge 7,2% em 2008. Em 2009, devido à crise financeira internacional, a trajetória de declínio do desemprego foi interrompida e a taxa se elevou em 1,2 ponto percentual, alcançando 8,4%. Em 2010, o desemprego voltou a diminuir.

Em 2009, a Taxa de Desocupação na área urbana (9,3%) era bastante superior à da área rural (3,4%). No mesmo ano, a taxa entre as mulheres (11,1%) era bem superior à taxa entre os homens (6,2%) e também maior entre a população trabalhadora negra (9,4%) que entre a branca (7,3%). Entre as mulheres negras, assumia um valor ainda mais expressivo (12,8%), sobretudo se comparado à taxa correspondente aos homens brancos (5,5%).

DESTAQUES

(2009)

Taxa de Participação da Força de Trabalho
75,3%

Taxa de Desocupação
Total: 8,4%
Entre homens: 6,2%
Entre mulheres: 11,1%
Entre brancos: 7,3%
Entre negros: 9,4%

Taxa de Desocupação entre jovens (de 15 a 24 anos)
Total: 17,8%
Entre homens: 13,1%
Entre mulheres: 25,8%

Percentual de jovens que não trabalham nem estudam
18,4%

Escolaridade média para idades de 15 anos e mais
8,2 anos



A expansão do emprego formal se deu em todas as regiões do país

A Taxa de Formalidade apresenta grandes desigualdades regionais, de sexo e de cor/raça

A criação de empregos verdes aumentou

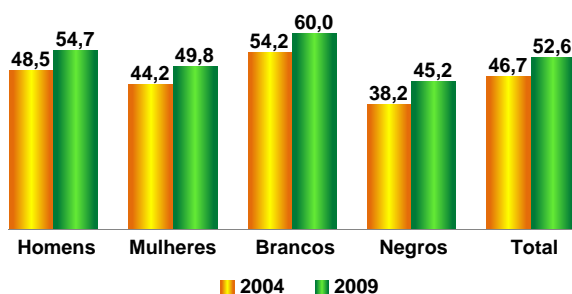
As taxas de desemprego entre jovens são muito superiores às da população adulta.

Grandes desigualdades regionais, de sexo e de cor/raça existem no mercado de trabalho juvenil

O número de jovens que não trabalham nem estudam é bastante elevado e renitente em declinar

Entre 2003 e 2010 foram gerados no Brasil 15,4 milhões de postos formais de trabalho, configurando um aumento acumulado de +53,6% em um período de oito anos. A expansão do emprego formal se deu de forma generalizada em todas as cinco Grandes Regiões e nas 27 Unidades da Federação, sendo mais expressiva nas regiões mais pobres e caracterizadas por mercados de trabalho menos estruturados, a exemplo das regiões Norte (+85,7%) e Nordeste (+64,9%).

**Taxa de Formalidade (%)
por sexo e cor, Brasil, 2004 e 2009**



A Taxa de Formalidade entre as mulheres (49,8%) era inferior à observada entre os homens (54,7%) em 2009. Mesmo diante da expressiva evolução de 38,2% para 45,2% entre 2004 e 2009 – que contribuiu para a redução da desigualdade por cor ou raça – a taxa correspondente aos trabalhadores negros (45,8%) ainda era muito inferior à dos trabalhadores brancos (60,0%). Entre as mulheres negras, a taxa era de apenas 41,7%, ou seja, 20,4 pontos percentuais inferior à dos homens brancos (62,1%).

Em função do aumento do emprego formal e das políticas de inclusão previdenciária, a Taxa de Formalidade evoluiu de 46,7% para 50,1% entre 2004 e 2007, ano em que, pela primeira vez, mais da metade dos trabalhadores passou a ocupar um posto formal de trabalho. Essa tendência de crescimento se manteve e alcançou 52,6% no ano de 2009, não sendo afetada pela crise financeira internacional. Entretanto, ainda persistia uma grande diferença entre as unidades da federação com relação a esse indicador, que variava de um mínimo de 23,7% no Piauí a um máximo de 67,8% em São Paulo em 2009.

Com base numa aproximação metodológica desenvolvida pelo Escritório da OIT no Brasil, estimou-se que, no ano de 2010, os empregos verdes respondiam por 6,6% do estoque total de empregos formais existentes no país. Entre 2006 e 2010, observou-se uma expansão de 26,7% no contingente de empregos verdes.

Como em outros países, o mercado de trabalho para jovens no Brasil apresenta taxas de desemprego significativamente mais elevadas do que as correspondentes à população adulta. Com efeito, em 2009, enquanto a taxa total de desemprego (referente aos trabalhadores de 16 a 64 anos de idade) era de 8,4%, entre os jovens (15 a 24 anos de idade) essa cifra alcançava 17,8%, ou seja, era mais do que duas vezes superior.

No ano de 2009, a taxa de desemprego das mulheres jovens (23,1%) era bastante superior à dos homens jovens (13,9%). A desigualdade é ainda mais expressiva entre as jovens negras, cuja taxa de desocupação (25,3%) chegava a ser 12,2 pontos percentuais superior a dos jovens brancos do sexo masculino (13,1%).

Entre as unidades da federação, as taxas de desocupação entre os jovens variavam em 2009 desde 9,8% no Piauí até 27,0% no Amapá, isto é, quase o triplo entre os extremos.

Em 2009, um expressivo contingente de 6,2 milhões de jovens (18,4% do total) não estudava nem trabalhava. Isso significa que praticamente 1 de cada 5 jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade encontrava-se nessa situação. Apesar de o percentual ter diminuído em comparação com o ano de 2004 (quando era de 18,7%), ele ainda é muito elevado. A análise deste indicador segundo sexo e cor/raça revela uma face ainda mais preocupante da situação juvenil. Em 2009, a proporção de mulheres adolescentes e jovens que não estudavam nem trabalhavam (24,8%) era o dobro da proporção de homens na mesma situação (12,1%). Entre as jovens mulheres negras a proporção daquelas que não estudavam nem trabalhavam era de 28,2%. Já entre as unidades federativas, o percentual total variava de 11,0% em Santa Catarina até 25,7% em Pernambuco.



DIREITOS NO TRABALHO

Igualdade de oportunidade e tratamento no emprego

Um dos quatro pilares básicos da promoção do Trabalho Decente é o respeito aos direitos no trabalho, em especial os expressos na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, da OIT, adotada em 1998, entre os quais se inscreve a eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Ao compararem-se as distribuições entre homens e mulheres ao longo dos grupos ocupacionais, o Índice de Dissimilaridade de Duncan aponta que, no Brasil em 2004, um contingente de 34,4% de mulheres ou homens teria que mudar de grupos de ocupação para que a razão de sexo nos grupos ocupacionais fosse igual à razão de sexo da força de trabalho como um todo, eliminando a segregação ocupacional por sexo. Este índice experimenta um ligeiro aumento em 2009, chegando a 36,4%.

Os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres, apesar de continuarem elevados, diminuíram ao longo do período: em 2004, as mulheres recebiam, em média, aproximadamente 69,5% do valor do rendimento auferido pelos homens, proporção que aumentou para 70,7% em 2009. Considerando-se a cor ou raça dos trabalhadores, observa-se que a proporção dos rendimentos auferidos pelos negros em relação aos valores recebidos pelos brancos aumentou de 53,1% para 58,3%, ainda que persista uma enorme desigualdade.

Em 2004 as mulheres negras recebiam, em média, pouco mais de um terço (36,7%) do rendimento dos homens brancos. Essa proporção continuou baixa em 2009 (40,3%), apesar de ter havido uma redução de 3,6 pontos percentuais em cinco anos.

O trabalho doméstico no país é predominantemente feminino (93,4% do total), sendo que as mulheres negras representavam 62,0% do total de trabalhadoras domésticas. Ademais, ele respondia por 19,2% da ocupação feminina no ano de 2009. Apesar desta inequívoca importância, o trabalho doméstico ainda é marcado pela precariedade das condições laborais e baixa proteção social, se constituindo, portanto, num dos principais núcleos do *déficit* de Trabalho Decente. O rendimento médio representava apenas 88,0% do salário mínimo.

No ano de 2009, apenas 28,6%, ou seja, menos de um terço do total de trabalhadores domésticos possuíam carteira de trabalho assinada. Em nenhuma das 27 Unidades da Federação (UFs), o percentual de domésticas com carteira assinada alcançava 40,0%, sendo que a maior porcentagem era observada em São Paulo (38,9%). Por sua vez, esse valor era de apenas 6,7% no Maranhão.

Tratando-se dos trabalhadores migrantes, desde o ano de 2010 vem crescendo significativamente o número de autorizações de trabalho estrangeiro no Brasil. Entre 2010 e 2011 se elevou de 56.006 para 70.524 o contingente de trabalhadores estrangeiros que foram autorizados a trabalhar no país, perfazendo um aumento de 25,9% em apenas um ano. Durante os anos de 2008 e 2009 o número de autorizações concedidas situava-se em torno de 43.000.

O Índice de Dissimilaridade de Duncan revela um aumento na segregação por sexo em 2009

Diferenças salariais ligadas a sexo e cor/raça são elevadas

Quase todo o trabalho doméstico é feito por mulheres

Menos de um terço do trabalho doméstico é realizado através de empregos formais

DESTAQUES

Diferença de rendimentos por sexo (2009)
29,3%

Diferença de rendimentos por cor/raça (2009)
41,7%

Participação feminina no trabalho doméstico (2009)
93,4%

Percentual de crianças (de 5 a 17 anos) trabalhando em 2009
9,8%

Pessoas libertadas de trabalho análogo ao escravo (2003 a 2011)
35.715

Percentual de empregos formais ocupados por trabalhadores com deficiência (2010)
1,0%



Organização
Internacional
do Trabalho

Apenas uma pequena fração dos trabalhos formais é ocupada por pessoas com deficiência

Milhares de pessoas foram libertadas de situações de trabalho análogo ao de escravo

Um Cadastro de Empregadores foi criado visando ajudar a eliminar o trabalho escravo

As regiões Norte e Centro-Oeste concentram a maior parte dos casos de trabalho escravo

A legislação brasileira proíbe o trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos

O percentual de crianças trabalhando foi reduzido para abaixo de 2 dígitos em 2009

Os trabalhadores com deficiência ocupavam apenas 1,0% dos postos de trabalho no mercado formal no ano de 2010. Ademais, o número de vínculos empregatícios formais de pessoas com deficiência diminuiu de 348.818 em 2007 para 306.013 em 2010, perfazendo um declínio de -12,3%. A Taxa de Desocupação em 2010 era de 7,4% entre as pessoas com deficiência severa.

Trabalho a ser abolido

Entre 1995 e 2011 cerca de 41.608 pessoas foram libertadas de situações de trabalho análogo ao de escravo, sendo que 85,8% deste contingente (35.715 pessoas) foi libertado durante o período de 2003 a 2011.

No âmbito das Unidades da Federação (UFs), quatro delas concentravam quase a metade do total de 13.841 pessoas libertadas entre os anos de 2008 e 2011: Pará – 1.929 (13,9%), Goiás – 1.848 (13,4%), Minas Gerais – 1.578 (11,4%) e Mato Grosso – 1.099 (7,9%).

Desde o ano de 2004, foi criado um Cadastro de Empregadores - formado por empregadores e empresas flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. No período em que estão com o nome no cadastro, os empregadores ficam sujeitos às sanções externas oriundas de resoluções e medidas adotadas por órgãos públicos e privados que visam a eliminação do trabalho escravo nas cadeias produtivas.

Com base na última atualização do ano de 2011, o Cadastro de Empregadores contava com 294 infratores, entre pessoas físicas e jurídicas, distribuídos em 20 unidades da federação das cinco grandes regiões do país. A região Norte abrigava 101 infratores em dezembro de 2011, o correspondente a mais de um terço (34,4%) do total. No Estado do Pará, localizavam-se 69 infratores, o equivalente a cerca de um quarto (23,5%) do total existente no Cadastro de Empregadores. Em seguida, figurava a região Centro-Oeste, com 79 infratores (26,9% do total nacional), distribuídos entre o Mato Grosso (33 ou 11,2% do total), Goiás (25 ou 8,5% do total) e Mato Grosso do Sul (21 ou 7,1%).

O conjunto dos 294 infratores distribuía-se em 209 municípios do país, o correspondente a 3,8% do total nacional de 5.565 municípios. O percentual de municípios com infratores variava bastante entre as Grandes Regiões, desde 1,4% no Sudeste até cerca de 13,0% nas regiões Norte e Centro-Oeste. O Pará apresentava a maior proporção do país de municípios com empregadores no Cadastro (22,4%), seguido pelo Mato Grosso do Sul (20,3%), Mato Grosso (17,0%) e Tocantins (14,4%).

Trabalho infantil

No Brasil, a legislação nacional estabelece a proibição do trabalho infantil até os 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A admissão para aprendizagem a partir dos 14 anos e para o trabalho ou emprego de adolescentes entre 16 e 17 anos é permitida desde que não haja conflito com os demais direitos das pessoas dessa faixa etária, em harmonia com os critérios normativos que a Convenção nº 182 da OIT regulamenta sobre as piores formas do trabalho infantil.

O número de crianças e adolescentes ocupados, entre 5 e 17 anos de idade, reduziu-se em 1,05 milhão entre 2004 e 2009, passando de 5,30 milhões para 4,25 milhões nesses cinco anos. Como consequência, o percentual de crianças e adolescentes trabalhando (nível de ocupação) neste grupo etário reduziu-se nesse período de 11,8% para 9,8%, situando-se abaixo de dois dígitos desde 2009.

Existem mais meninos (2,8 milhões) do que meninas (1,45 milhão) em situação de trabalho infantil. Aproximadamente 66,0% do número de crianças e adolescentes trabalhadores com idades entre 5 e 17 anos, são do sexo masculino.

Apesar das meninas estarem em menor número, elas estão sobre-representadas em algumas categorias, em especial no trabalho infantil doméstico. Mesmo sendo proibido para menores de 18 anos, o trabalho doméstico ainda é uma realidade na vida de crianças e adolescentes brasileiros.



A maior parte do trabalho infantil está em áreas urbanas

O trabalho infantil diminuiu para todos os grupos de idade

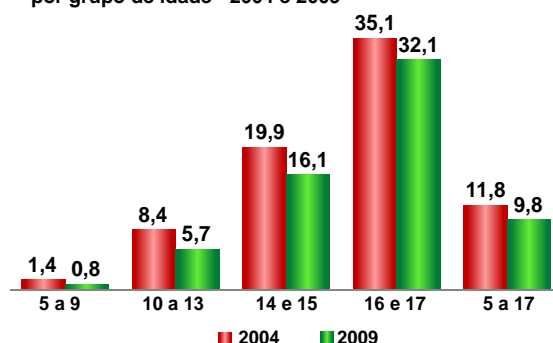
O percentual de aprendizes ainda é muito baixo entre os que trabalham na faixa de 14 a 15 anos

Apenas uma pequena parte dos adolescentes de 16 e 17 anos que trabalham tem carteira assinada

Em 2009, haviam 363 mil meninos e meninas entre 10 e 17 anos no trabalho infantil doméstico. Destes, 340 mil eram meninas (93,6%) e 233 mil, meninas negras (64,2% do total). Apenas cinco estados respondiam pela metade do contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil doméstico: Minas Gerais (53 mil ou 14,8% do total), São Paulo (39 mil ou 10,7%), Bahia (37 mil ou 10,2%), Ceará (27 mil ou 7,5%) e Paraná (21 mil ou 5,8% do total).

Cerca de dois terços (65,8%) das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que estavam trabalhando no ano de 2009 residiam em áreas urbanas e 34,2% moravam em áreas rurais. No âmbito da atividade no trabalho principal, pouco mais de um terço (34,6%) exerciam atividades agrícolas, enquanto que o trabalho infantil era predominantemente desempenhado em atividades não agrícolas (65,6%).

Percentual de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil, por grupo de idade - 2004 e 2009



O trabalho infantil diminuiu em todos os grupos etários. Na faixa de 5 a 9 anos, a proporção de crianças ocupadas diminuiu de 1,4% para 0,8%, significando que o país está cada vez mais próximo de eliminar o trabalho entre as crianças dessa faixa etária. Por sua vez, a proporção de crianças de 10 a 13 anos que trabalhavam reduziu-se de 8,4% para 5,7% entre 2004 e 2009 (2,7 pontos percentuais). Mesmo diante dessa redução expressiva, perdura ainda o desafio de retirar do mercado de trabalho cerca de 785 mil crianças dessa faixa etária.

O percentual de crianças e adolescentes com 14 e 15 anos de idade que trabalhava diminuiu de 19,9% para 16,1% entre 2004 e 2009. Entretanto, cerca de 1,15 milhão de pessoas nessas idades ainda estavam ocupadas no ano de 2009. Vale ressaltar que esse elevado percentual de crianças e adolescentes de 14 e 15 anos ocupadas (16,1% em 2009) não pode ser atribuído ao trabalho vinculado à aprendizagem, o qual é permitido por lei para essa faixa etária. Com efeito, em 2009, existiam apenas 18,6 mil contratos de aprendizes entre adolescentes de 14 e 15 anos de idade, significando que apenas 1,6% da população ocupada nesta faixa etária estava inserida na condição de aprendiz.

Entre 2005 e 2010, o contingente de aprendizes contratados mais do que dobrou, ao passar de 59,3 mil em 2005 para cerca de 193,0 mil em 2010. Ao longo desse período, o número total de contratos foi de 738,6 mil.,

A proporção de adolescentes de 16 e 17 anos de idade ocupados diminuiu de 35,1% para 32,1% durante o período em análise. Em 2009, o contingente total de adolescentes ocupados nesse grupo etário era de 2,19 milhões, o correspondente a mais da metade (51,5%) do contingente total de crianças de 5 a 17 anos de idade que estavam trabalhando. A legislação brasileira permite o trabalho de adolescentes de 16 e 17 anos de idade dentro das condições estabelecidas por leis e garantias trabalhistas. Entretanto, apenas 9,5% destes adolescentes trabalhavam na condição de empregado com carteira assinada.

Tratando-se das unidades federativas, entre o grupo etário de 10 a 17 anos de idade, a proporção de ocupados reduziu em 24 das 27 unidades federativas entre os anos de 2004 e 2009. Por outro lado, em 2009, o nível de ocupação ainda era bastante elevado no Tocantins (24,2%), Rondônia (22,0%), Piauí (21,8%), Santa Catarina (21,6%) e Bahia (20,1%), situando-se inclusive bastante acima da média nacional (14,8%).

No ano de 2010, registrou-se uma média de aproximadamente 3,03 acidentes de trabalho graves por dia envolvendo crianças e adolescentes. Entre 2007 e 2011, o país registrou 58 acidentes fatais envolvendo crianças e adolescentes – em média quase uma criança morta por mês nos últimos cinco anos por motivos relacionados ao trabalho infantil.



CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

Remuneração adequada

Entre abril de 2003 e janeiro de 2010, o aumento real acumulado do salário mínimo foi de 53,7%.

O rendimento médio real dos trabalhadores aumentou 19,5% entre 2004 e 2009. A expansão foi maior entre as mulheres (+21,6%) em comparação aos homens (+19,4%). Ainda assim, as mulheres recebiam, em média, 70,6% do rendimento médio masculino.

O rendimento médio real dos negros cresceu 29,8%, ao passo que o dos brancos se expandiu em 18,3%. Mesmo assim, os negros recebiam aproximadamente 58,0% do rendimento dos trabalhadores brancos.

A redução dos diferenciais de rendimento tanto em termos do atributo sexo quanto de cor ou raça, foi bastante condicionada pelo processo de valorização real do salário mínimo, que aumenta mais expressivamente os rendimentos na base da pirâmide, ou seja, entre a população ocupada que recebe salário mínimo que, por sua vez, é significativamente representada por mulheres e negros.

Entre os anos de 2004 e 2009, reduziu-se de 7,6% para 6,6% a proporção de trabalhadores pobres no país, ou seja, pessoas ocupadas que viviam em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até 1/4 do salário mínimo. A redução foi de 0,9 ponto percentual tanto entre os homens (de 7,9% para 7,0%) quanto entre as mulheres (de 7,1% para 6,2%).

O declínio da proporção de trabalhadores pobres foi maior entre a população ocupada negra (2,0 pontos percentuais) do que entre a branca (0,4 ponto percentual). Entretanto, no ano de 2009, o percentual de trabalhadores pobres negros (9,8%) era quase que três vezes superior em comparação aos brancos (3,4%).

A redução da pobreza entre os trabalhadores esteve diretamente associada ao aumento real dos rendimentos laborais, sobretudo do salário mínimo e da ampliação da cobertura dos programas de transferência de renda e de previdência e assistência social – que contribuíram para o aumento do rendimento domiciliar – e também pelo incremento da ocupação, principalmente do emprego formal.

A pobreza continuava consideravelmente mais elevada entre os trabalhadores da área rural (20,0% em 2009) comparativamente aos da área urbana (3,9%).

A proporção de trabalhadores pobres variava significativamente no território nacional. No ano de 2009, em quatro unidades federativas essa proporção era inferior a 2,0%: Santa Catarina (1,1%), São Paulo (1,3%), Distrito Federal (1,4%) e Rio de Janeiro (1,7%). Por outro lado, os estados nordestinos ainda contavam com percentuais expressivos de trabalhadores pobres no ano de 2009, sobretudo em Alagoas (21,5%), Piauí (19,8%) e Maranhão (19,7%).

O salário mínimo e a renda dos trabalhadores tiveram aumento real significativo

O aumento real do salário mínimo contribuiu para a redução de desigualdades de renda

O nível de pobreza dos trabalhadores diminuiu, especialmente para os trabalhadores negros

A proporção de trabalhadores pobres varia de forma significativa entre as unidades da federação e entre as áreas urbana e rural

DESTAQUES

Aumento real do salário mínimo (2003 a 2010)
53,7%

Aumento médio na renda real dos trabalhadores (2004 a 2009)
Total: 19,5%
Para homens: 19,4%
Para mulheres: 21,6%
Para negros: 29,8%
Para brancos: 18,3%

Redução da pobreza no país (2003-2009)
36,1%

Nível de pobreza entre trabalhadores (2009)
Urbanos: 3,9%
Rurais: 20,0%

% de trabalhadores com jornada acima de 44 horas (2009)
29,8%

% de trabalhadores com plano de saúde (2008)
29,2%

Estabilidade média no trabalho principal (2009)
7,8 anos

Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho (2009)
19,1 por mil contratos

% de trabalhadores que contribuem para a previdência social (2009)
54,4%



O percentual de trabalhadores com jornada excessiva diminuiu e apresenta grandes diferenças regionais

O produto do trabalho dos afazeres domésticos é de fundamental importância para a organização e funcionamento familiar

A jornada total de trabalho feminina é maior que a masculina em decorrência dos afazeres domésticos

Jornada de trabalho decente

O percentual de trabalhadores com jornada superior a 48 horas por semana declinou de 19,1% em 2004 para 15,6% em 2009. Entre os estados, o percentual variava de 7,7% no Piauí até 20,0% em Santa Catarina.

O percentual de trabalhadores com jornada excessiva também reduziu quando considerada a jornada máxima semanal de 44 horas, estabelecida pela legislação nacional: de 36,4% para 29,8% entre 2004 e 2009. Entre os setores de atividade econômica a variabilidade era significativa em 2009, na medida em que a jornada superior a 44 horas por semana era uma realidade para 11,4% dos trabalhadores do *setor de educação, saúde e serviços sociais* até alcançar 49,2% entre os trabalhadores do *setor de alojamento e alimentação*.

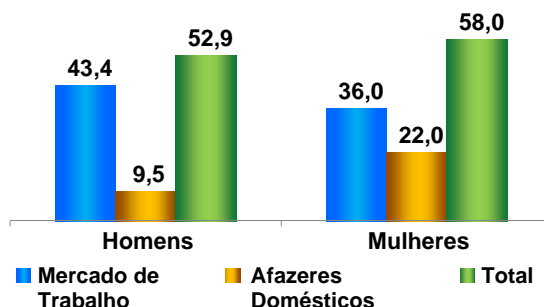
Conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar

A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar está intrinsecamente relacionada ao conceito de Trabalho Decente e se constitui numa dimensão central de uma estratégia de promoção da igualdade de sexo no mundo do trabalho e exige a articulação de ações nos mais diversos âmbitos - político, social, governamental, empresarial e individual – que possam conduzir a uma nova organização do trabalho e da vida familiar.

Mesmo sendo uma forma de trabalho não valorada economicamente e, conseqüentemente, nem sequer figurar no conceito de trabalho ou atividade econômica da esmagadora maioria das pesquisas que geram estatísticas laborais, o produto do trabalho dos afazeres domésticos é de fundamental importância para a organização e funcionamento familiar e, por extensão, para viabilizar a própria inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Independentemente do nível de desenvolvimento dos países, em praticamente todos eles o trabalho dedicado à reprodução social é predominantemente de responsabilidade das mulheres.

Entre as mulheres brasileiras ocupadas, uma expressiva proporção de 90,7% também realizava afazeres domésticos no ano de 2009, enquanto que entre os homens tal proporção era significativamente inferior (49,7%), refletindo que somente a metade dos trabalhadores do sexo masculino se dedicava aos afazeres domésticos. Merece destaque o fato de que essas trabalhadoras, além da sua jornada no mercado de trabalho, dedicavam cerca de 22 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto que entre os homens tal dedicação era de 9,5 horas semanais, ou seja, 12,5 horas a menos.

**Horas semanais de trabalho, por sexo
Brasil, 2009**



Apesar da jornada semanal média das mulheres no mercado de trabalho ser inferior a dos homens (36,0 contra 43,4 horas), ao computar-se o tempo de trabalho dedicado aos afazeres domésticos, a jornada média semanal total feminina alcançava 58,0 horas e ultrapassava em 5,0 horas a masculina (52,9 horas). Esses dados permitem aprofundar a discussão sobre as desigualdades de sexo tanto na vida laboral quanto na vida privada e a imperiosa necessidade de medidas de conciliação entre ambas.

Um fator-chave para facilitar a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e também aliviar a tensão vivenciada tanto por elas como pelos homens com responsabilidades familiares e dupla jornada é a disponibilidade de serviços acessíveis de assistência a crianças, sobretudo em idade pré-escolar.



Organização
Internacional
do Trabalho

A disponibilidade de serviços de assistência a crianças é fundamental para trabalhadoras com filhos em idade pré-escolar

Tempo de mobilidade nas grandes áreas metropolitanas é elevado

A estabilidade no trabalho não variou muito entre 2004 e 2009

A Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho diminuiu, contudo o custo deles para o sistema de seguridade social é bastante elevado

O número de inspetores do trabalho é insuficiente frente ao tamanho da população trabalhadora

Os indicadores que relacionam o trabalho feminino e o acesso à creche são bastante sintomáticos da imperiosa necessidade de medidas que promovam o equilíbrio entre trabalho e família. Em 2009, 11,5% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade tinham filhos de 0 a 3 anos de idade, sendo que uma significativa proporção de 73,3% dessas crianças não frequentava creche.

O tempo gasto para a mobilidade de trabalhadores entre a residência e o local de trabalho também representa um importante aspecto a ser considerado ao tocar às condições de trabalho e, conseqüentemente, ao Trabalho Decente. Além das questões diretamente relacionadas à conciliação entre trabalho e família e à qualidade de vida em geral, o tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho também pode acarretar significativos custos financeiros para os trabalhadores e os empregadores.

Enquanto que no conjunto do país, em 2009, 9,5% dos trabalhadores gastavam mais de 1 hora por trajeto para se deslocarem entre a residência e o trabalho, no conjunto das nove principais metrópoles esse percentual chegava a 17,5%. Nas maiores metrópoles, tal percentual se elevava para 23,2% em São Paulo e para 22,0% no Rio de Janeiro.

Estabilidade e segurança no trabalho

A alta rotatividade dos postos de trabalho normalmente é associada a menores investimentos em qualificação profissional, a níveis de produtividade mais baixos e a menores níveis de remuneração.

Em 2009, o tempo médio de permanência no trabalho principal era de 7,8 anos, sendo menor entre as mulheres (7,1 anos) em relação aos homens (8,4 anos). A flexibilidade de contratação/demissão da força de trabalho também pode ser visualizada mediante a incidência dos vínculos trabalhistas com duração inferior a um ano. Em 2009, 18,6% dos trabalhadores brasileiros encontravam-se nessa situação, mesmo percentual verificado em 2004. Por outro lado, 47,0% dos trabalhadores brasileiros permaneciam no emprego por mais de cinco anos, situação que pouco se alterou entre 2004 e 2009.

Ambiente de trabalho seguro

Os indicadores de acidentes do trabalho são importantes para mensurar a exposição dos trabalhadores aos níveis de risco inerentes à atividade econômica, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas dos acidentes e seus impactos nas empresas e na vida dos trabalhadores. Além disso, fornecem subsídios para o aprofundamento de estudos sobre o tema e permitem o planejamento de ações nas áreas de segurança e saúde do trabalhador.

A Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho que era de aproximadamente 23,0 por 1.000 vínculos empregatícios formais no ano de 2008, declinou para 19,1 em 2010. Entre as unidades da federação assumia grande variabilidade, variando de 9,3 em Roraima até 30,2 em Alagoas. A Taxa de Mortalidade por Acidentes do Trabalho caiu sistematicamente ao longo da década de 2000: de 13,0 óbitos por 100.000 vínculos empregatícios em 2002, para 8,6 em 2008 e posteriormente para 7,4 em 2010. O número de acidentes fatais reduziu 3,7% ao declinar de 2.817 para 2.712 entre 2008 e 2010.

Segundo estimativas elaboradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o custo dos acidentes do trabalho no Brasil atingiu o expressivo montante de R\$ 56,8 bilhões no ano de 2009 – montante superior ao somatório do Produto Interno Bruto (PIB) de cinco estados brasileiros neste mesmo ano: Acre, Roraima, Amapá, Tocantins e Piauí.

Entre 2004 e 2009 a população trabalhadora cresceu num ritmo superior ao do número de inspetores. Como consequência, declinou de 0,35 para 0,32 o número de inspetores por 10.000 trabalhadores. Os estados do Maranhão (0,18), Bahia (0,20), Amazonas (0,21) e Rondônia (0,24) possuíam as menores médias do país de inspetores por 10.000 trabalhadores. Esses indicadores causam inquietação, uma vez que esses estados se caracterizavam por apresentar elevados níveis de informalidade no mercado de trabalho e de incidência de trabalho infantil, além da recorrência de trabalhadores resgatados em



Organização
Internacional
do Trabalho

A proporção de trabalhadores contribuindo para a previdência social aumentou, embora sérias desigualdades regionais persistam

Um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza foi implantado em 2003

A redução da pobreza no país entre 2003 e 2009 foi significativa

A taxa de sindicalização se mantém estável

condições análogas à escravidão. Ademais, nos casos do Amazonas e de Rondônia, também se observavam elevados níveis de incidência de acidentes do trabalho e de mortalidade por acidentes laborais.

Seguridade Social

A Seguridade Social é um direito fundamental do ser humano e supõe a assistência a todos, indistintamente, de cobertura contra os riscos ao longo da vida e no trabalho. No âmbito da Agenda do Trabalho Decente, essa dimensão está intrinsecamente associada a dois objetivos estratégicos da OIT: os direitos no trabalho e a proteção social.

No Brasil, a segunda metade da década de 2000 foi marcada por uma significativa expansão da proporção de trabalhadores ocupados que contribuem para a previdência, sendo que, pela primeira vez, mais da metade dos ocupados de 16 anos ou mais de idade passou a dispor da cobertura previdenciária. De fato, a referida proporção, que era de 47,6% em 2004 evoluiu para 54,4% em 2009, perfazendo uma expansão de cerca de sete pontos percentuais em apenas cinco anos. Tal expansão esteve predominantemente associada ao crescimento do emprego formal e, em segundo plano, às diversas iniciativas de estímulo à formalização das relações de trabalho e inclusão previdenciária.

Apesar da evolução generalizada da proporção de pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência Social, persistem severas desigualdades de cobertura entre as Unidades da Federação. No ano de 2009, enquanto que a cobertura previdenciária girava em torno de 70,0% entre os trabalhadores de Santa Catarina (71,0%), Distrito Federal (69,5%) e São Paulo (69,2%), era de apenas 25,9% no Piauí e de 31,8% no Maranhão.

Durante os anos de 2004 a 2009, a proporção de idosos que recebiam aposentadoria ou pensão apresentou relativa estabilidade, situando-se em torno de 86,0%. A cobertura era maior entre os homens (90,3%) do que entre as mulheres (82,1%), mas não apresentava diferença entre brancos (85,6%) e negros (85,7%), no ano de 2009. Entre os idosos residentes em áreas rurais a proporção se manteve estável em torno de 92,0%, acompanhando a mesma tendência observada nas áreas urbanas (ao redor de 84,5%).

Em 2003, foi implantado no Brasil o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.

Entre 2004 e 2011 a cobertura do PBF ampliou-se consideravelmente: o número total de famílias beneficiadas dobrou, ao passar de 6,5 milhões para 13,3 milhões. Segundo estimativas da CEPAL, o PBF é o maior programa de transferência de renda condicionada da América Latina e do Caribe em número de beneficiários – cerca de 52 milhões de pessoas, ou seja, quase a metade das 113 milhões de pessoas beneficiadas na região. O montante total acumulado de recursos transferidos às famílias durante o ano de 2011 perfazia R\$ 16,7 bilhões. O investimento total no programa representa cerca de 0,40% do PIB.

O PBF vem contribuindo sistematicamente para a redução da pobreza no país. Entre 2003 e 2009 essa redução foi da ordem de 36,5%, o que significa que 27,9 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza. Além do Bolsa Família, o crescimento do emprego, o aumento real do salário mínimo e ampliação da cobertura da previdência e assistência social também contribuíram para a diminuição da pobreza.

DIÁLOGO SOCIAL

A taxa de sindicalização (proporção de trabalhadores ocupados filiados a um sindicato) apresentou relativa estabilidade situando-se em torno de 18,0% em 2009.

Em 2009, a taxa de sindicalização dos homens (19,1%) era maior que a das mulheres (16,9%), a dos trabalhadores brancos (19,6%) maior que a dos negros (16,7%) e dos residentes na zona rural (24,7%) maior que a dos trabalhadores urbanos (14,6%).



O percentual de trabalhadores sindicalizados varia bastante entre os setores da economia

Os salários tem sido ajustados, em sua grande maioria, em valores acima do INPC após acordos de negociação coletiva

O percentual de greves tem sido praticamente o mesmo para os setores público e privado

A parcela de pessoas envolvidas em situações de conflitos de trabalho tem aumentado

O Escritório da OIT no Brasil desenvolveu um capítulo sobre empresas sustentáveis e Trabalho Decente com um conjunto de indicadores e análises relativos às empresas

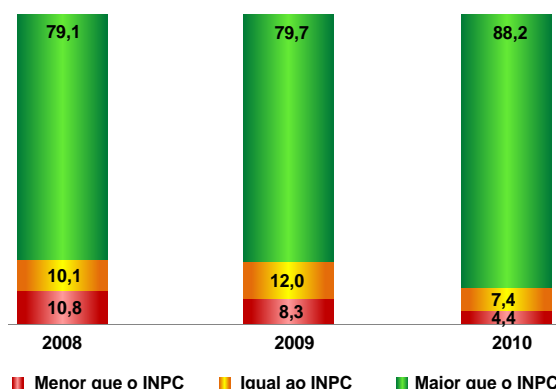
A proporção de sindicalizados era mais elevada nos setores de educação, saúde e serviços sociais (28,6%), administração pública (26,8%) e agrícola (26,4%). Os menores índices de sindicalização se encontravam nos serviços domésticos (2,2%), e nos setores de construção (8,4%) e alojamento e alimentação (9,3%).

No Brasil, a negociação coletiva é assegurada constitucionalmente aos trabalhadores com carteira assinada do setor privado e é uma das dimensões mais importantes da prática sindical. Uma parcela bastante expressiva das negociações coletivas no Brasil obtiveram reajustes reais de salário entre 2004 e 2010, sendo seu ápice alcançado neste último ano, quando 88,2% das negociações superaram o INPC. Entre 1996 e 2003, apenas por duas vezes essa proporção superou a casa dos 50,0%.

O direito de greve constitui-se em um dos principais pilares das democracias contemporâneas e, no Brasil, é assegurado pela Constituição de 1988. Em 2009, 516 greves ocorreram no Brasil, implicando em 33,1 mil horas de trabalho suspensas. Da análise desagregada dos dados, observa-se que 262 greves (ou 50,8%) ocorreram no setor privado, contra 254 (ou 49,2%) no setor público.

Com base no levantamento suplementar da PNAD 2009, entre a população brasileira envolvida em situações de conflito, a área trabalhista alcançava o maior o percentual (23,3%). Comparativamente à pesquisa realizada no final da década de 1980, aumentou em aproximadamente 4,5 pontos percentuais a proporção de pessoas envolvidas em conflitos de trabalho – de 18,7% em 1988 para 23,3% em 2009.

Negociações Coletivas
Distribuição dos reajustes salariais (%)
Brasil, 2008 a 2010



DESTAQUES

Taxa de Sindicalização (2009)
18,0 %

% de negociações coletivas com aumentos salariais acima do INPC (2010)
88,2 %

Número de greves (2009)
516

Proporção de conflitos laborais no total de conflitos
23,3 %

Participação das empresas no total de empregos assalariados no país (2009)
70,2 %

A área trabalhista era a mais conflituosa em 11 das 27 Unidades da Federação (UFs), segundo a pesquisa realizada em 2009. Considerando-se o conjunto das pessoas que tiveram situação de conflito, os maiores percentuais associados à área do trabalho eram observados no Amazonas (36,2%) e no estado de São Paulo (27,4%).

Empresas

As empresas são um elemento-chave para os desafios do desenvolvimento, incluindo a geração de empregos e a promoção do Trabalho Decente.

Em caráter experimental, o escritório da OIT no Brasil desenvolveu um capítulo sobre empresas sustentáveis e Trabalho Decente. Além de apresentar um conjunto de indicadores e análises relativos às empresas, que podem ajudar a definir políticas e ações relativas à promoção do Trabalho Decente, o objetivo é contribuir também para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da metodologia de medição do Trabalho Decente. Trata-se de um primeiro esforço metodológico que deverá ser aperfeiçoado em futuras edições deste relatório, por



As micro e pequenas empresas respondem pela maior parte dos empregos formais não-agrícolas no país

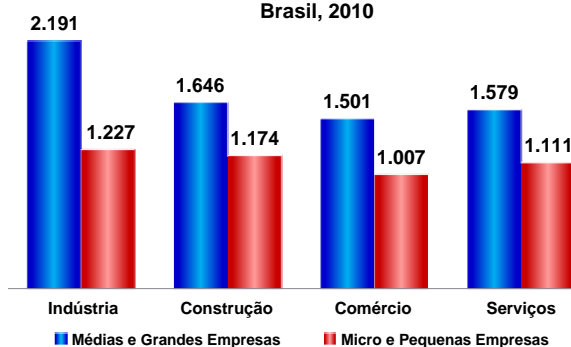
O setor industrial apresenta as mais altas médias salariais entre todas as empresas

intermédio de novas contribuições oriundas de oficinas de consulta tripartite no âmbito da medição do Trabalho Decente.

Em 2009, as entidades empresariais ocupavam 70,2% de toda a mão de obra assalariada no país – o correspondente a 28,2 milhões de vínculos empregatícios – e eram responsáveis pelo pagamento de 61,1% de todo o volume de salários e outras remunerações.

As Micro e Pequenas Empresas representavam 99,0% dos estabelecimentos formais no ano de 2010 e respondiam por 51,6% dos empregos privados não agrícolas formais do país com aproximadamente 40,0% da massa salarial. Por sua vez, as Médias e Grandes Empresas, por intermédio de 59,6 mil estabelecimentos, geravam 13,8 milhões de postos de trabalho e respondiam por 48,4% do contingente total de empregos privados não agrícolas formais do país.

Salários dos empregados por setor econômico e porte da empresa (R\$)
Brasil, 2010



Considerando-se a remuneração média dos empregados por setor de atividade econômica, a indústria apresentava as maiores médias salariais tanto entre as Micro e Pequenas Empresas (R\$ 1.227), enquanto entre as Médias e Grandes Empresas (R\$ 2.191), no ano de 2010.

No setor terciário os níveis de remuneração eram relativamente próximos. Entre as Micro e Pequenas Empresas, a média salarial era de R\$ 1.007 no setor de comércio e de R\$ 1.011 no setor de serviços. Para o conjunto das Médias e Grandes Empresas, os valores eram de R\$ 1.501 entre os empregados do setor de comércio e de R\$ 1.579 para os trabalhadores do setor de serviços.